

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.064 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2000

Plenário aprova projeto que disciplina emissão de debêntures

Encaminhada pela CPI do Sistema Financeiro, proposta visa preservar as debêntures como instrumento de captação de recursos.

PÁGINA 2



EXPOSIÇÃO Minas mostra sua história cultural, política e econômica

Mais de 170 peças compõem a exposição sobre Minas Gerais que dá continuidade à comemoração dos 500 anos na Senado Galeria.

PÁGINA 5

Gilberto Mestrinho (C), presidente da comissão mista, prevê para quarta-feira a votação, pelo Congresso, da proposta orçamentária deste ano



Orçamento da União pode ser votado na quarta-feira

Comissão mista encerrou apreciação dos destaques destinando mais R\$ 1,5 bilhão ao Sistema Único de Saúde. Proposta está pronta para ir ao Plenário do Congresso

MUDANÇAS NA LEI PELÉ

Aurélio propõe maior controle das confederações

Para Aurélio Miguel, confederações devem ser obrigadas a prestar contas, semestralmente, ao Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto

O judoca Aurélio Miguel depôs ontem na comissão mista responsável pela análise da medida provisória que modificou a Lei Pelé. Ele defendeu a necessidade de o Ministério Público exercer maior controle sobre as atividades das confederações, fiscalizando a legalidade dos atos por elas praticados.

PÁGINA 3



Antonio Carlos afirmou que votará por um salário mínimo maior do que o de R\$ 151 fixado em medida provisória

ACM CRITICA RESISTÊNCIA DA EQUIPE ECONÔMICA A UM SALÁRIO MÍNIMO MAIS ALTO

PÁGINA 2

O Plenário do Congresso poderá votar na quarta-feira o Orçamento da União para 2000, conforme informação do senador Gilberto Mestrinho, presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Ontem, a comissão encerrou a apreciação da proposta, votando os últimos destaques e destinando mais R\$ 1,5 bilhão para o Sistema Único de Saúde. Com isso, as verbas da saúde no Orçamento chegam a R\$ 20 bilhões.

PÁGINA 3

Arlindo Porto vê ambiente favorável para o Brasil se desenvolver

PÁGINA 7

ACM insiste em mínimo maior e critica equipe econômica

Senador quer salário de R\$ 177, nem que seja a partir de janeiro do próximo ano, e culpa ministros por baixa popularidade de FHC

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, voltou a defender na manhã de ontem o aumento do salário mínimo para R\$ 177, ainda que a partir de janeiro de 2001, e atribuiu à atuação da equipe econômica os baixos índices de popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso:

— A equipe econômica aprendeu a dizer uma só palavra: não. É essa equipe econômica, com esse não, que está levando o presidente Fernando Henrique Cardoso a uma posição muito ruim nas pesquisas — afirmou.

Antonio Carlos participou de reunião da Executiva do PFL que definiu a posição do partido diante da questão do reajuste do salário mínimo. Ele garantiu

que votará por um salário maior do que os R\$ 151 determinados pelo Executivo em medida provisória. O partido decidiu apoiar a proposta do deputado Luiz Antonio Medeiros (PFL-SP), que defende a elevação do mínimo para R\$ 177.

Diante da eventual impossibilidade de aprovar já esta proposta, o partido admite apoiar emenda dos senadores do PFL Paulo Souto (BA) e José Jorge (PE), que aceita os R\$ 151 agora, de-

terminando, porém, seu reajuste para R\$ 177 a partir de 1º de janeiro de 2001. “Essa é uma fórmula que não é a ideal, mas que o presidente Jorge Bornhausen colocou ao presidente Fernando Henrique e, conseqüentemente, a mim cabe acatar se ela for vitoriosa”, observou Antonio Carlos.

Segundo o senador, “o partido está com o povo e o povo quer um salário maior”. Em nota oficial, ao final do encontro da Executiva, o PFL confirmou sua disposição de apoiar em bloco a proposta de uma elevação do mínimo para R\$ 177 já. E consagrou a alternativa de aceitar os R\$ 151 de imediato, desde que a partir de janeiro próximo o mínimo seja elevado para R\$ 177.

Após participar de reunião da Executiva do PFL, onde o partido apoiou a proposta de um reajuste do mínimo para o equivalente em reais a 100 dólares (R\$ 177 atualmente), o senador Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem o apoio e a solidariedade de duas centrais sindicais brasileiras e da Federação Nacional dos Aposentados, em seu esforço para levar o Congresso a aprovar um valor para o salário mí-

mo superior aos R\$ 151 estabelecidos em medida provisória pelo governo.

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, e o presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Canindé Pegado, prometeram a Antonio Carlos que vão mobilizar trabalhadores e aposentados para acompanhar o processo de votação da medida provisória e pressionar os parlamentares por uma revisão no valor do mínimo. O presidente do Senado alertou para a importância da “batalha pela votação, pois a tática do PMDB e do PSDB será proteger, para tentar evitar a votação da MP”, mas entende que os defensores de um aumento maior para o mínimo têm chance de sucesso no Congresso.

Antonio Carlos considerou o documento “muito bom e objetivo”, prometendo distribuí-lo aos demais senadores e pedindo que o deputado Luiz Antonio Medeiros fizesse o mesmo na Câmara. Para ele, a oposição da equipe econômica à elevação do salário mínimo, “porque pode quebrar isso ou aquilo, pode matar o trabalhador”. Ele destacou que a luta pela melhoria do mínimo conta com o apoio da opinião pública e observou que “a tese do Jader (líder do PMDB) é de quem não sabe o que é trabalhar para ganhar dinheiro”.

Leia mais sobre a discussão do salário mínimo na página 4

Para ACM, o PFL está com o povo e o povo quer um salário maior. A luta pela melhoria do mínimo conta com o apoio da opinião pública

Plenário aprova projeto sobre debêntures

O projeto de lei encaminhado pela CPI dos Bancos limitando a emissão de debêntures pelas sociedades anônimas foi aprovado ontem pelo Plenário. As debêntures são títulos de crédito ao portador emitidos pelas sociedades anônimas e representam empréstimos amortizáveis, contraídos a longo prazo mediante garantia do ativos da empresa.

De acordo com a justificativa encaminhada juntamente com o projeto pela CPI, a alteração na lei de sociedade por ações “visa preservar as debêntures como instrumento de captação de recursos para capitalização de empresas”. Ao propor limites para a emissão desses títulos, a CPI quis “evitar excessivo grau

de endividamento, com prejuízo para a segurança dos investidores”.

O texto — que ainda será apreciado pela Câmara dos Deputados — limita a quantia total da emissão de debêntures a 80% do valor dos bens sujeitos a ônus ou encargos, caso tenham garantia real, e a 100% do valor do patrimônio líquido, se não tiverem essa garantia. Se os títulos forem ofertados publicamente, a Comissão de Valores Mobiliários poderá fixar limites maiores ou menores.

A CPI lembrou também que houve um “endividamento excessivo” na emissão pública promovida pelo Banco Marka para a empresa Teletrust Recebíveis. Esta, mesmo com um patrimônio líqui-

do considerado irrisório, “efetou um lançamento público da ordem de R\$ 400 milhões, dos quais logrou êxito em colocar cerca de R\$ 200 milhões exclusivamente em fundos de pensão controlados por estatais”. A CPI acrescenta que esses títulos representaram perdas praticamente totais para os fundos.

O Plenário também aprovou ontem a renovação da concessão ou permissão de rádios em Soledade (RS) e Tucunduva (RS). A Hora do Expediente da sessão de 24 de agosto vai comemorar o centenário de nascimento de Gustavo Capanema, ex-ministro da Educação de Getúlio Vargas, por requerimento de Francelineo Pereira (PFL-MG).



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2000

Brasil 500	
PLENÁRIO	9h — Sessão não deliberativa
ESPECIAL	11h — O vice-presidente, Geraldo Melo, recebe Xanana Gusmão, líder do movimento pela independência de Timor Leste
PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA	
PLENÁRIO	Segunda-feira 14h30 — Sessão não deliberativa Terça-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: Emendas da Câmara ao PLS nº 64/96, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes; PLS nº 683/99 (votação nominal), que regulamenta a prestação de informações ao Banco Central do Brasil, para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito; e PLS nº 420/99, que inclui, no currículo do ensino médio, a disciplina Cidadania, Direitos e Garantias Individuais, e adota providências correlatas. Quarta-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: Votação nominal do PLS nº 684, altera o art. 12 da Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional; Requerimento nº 105/2000, do senador Romero Lucá, solicitando a retirada do PLS nº 551/99, de sua autoria; e Requerimento nº 118/2000, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 55/2000 com os de nºs 63, 97 e 159, de 1999, que já se encontram apensados ao 453/99, por versarem sobre a mesma matéria. Quinta-feira 10h — Sessão deliberativa ordinária Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 90/99, altera a redação do artigo 100 da Constituição federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (precatórios); PLS nº 685/99, altera os arts. 6º e 7º da Lei 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real; Requerimento nº 107/2000, do senador Bernardo Cabral, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 602 e 571, de 1999, por versarem sobre a mesma matéria; e Requerimento nº 119/2000, da senadora Heloísa Helena, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 77/97 com o PLS nº 618/99, por versarem sobre a mesma matéria. Sexta-feira 9h — Sessão não deliberativa
COMISSÕES	Terça-feira 10h — Comissão de Assuntos Econômicos Pauta: Entre outros itens, Ofício “S” nº 3/2000, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da prefeitura de Santos (SP) para operação de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros, administrado pela CEF, no valor de R\$ 12,021 milhões, a preços de 31.7.99; Mensagem nº 82/2000, solicitando a contratação de crédito externo, no valor de até 548,3 mil euros, entre o Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinado ao financiamento da parcela à vista de 15% do contrato comercial para importação de bens e serviços a serem fornecidos pela empresa GUNT Gerätebau GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; PLC nº 04/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; e PLS nº 455/99, que altera dispositivos da Lei nº 7713/88 e da Lei nº 9250/95, que dispõem sobre o Imposto de Renda. 17h — Exposição do diretor do Banco Central do Brasil, Sérgio da Silva Alves, visando à instrução da tramitação do PLS nº 282/99-Complementar, que dispõe sobre a instituição da Conta-Pagamento Padrão, isenta de tarifas bancárias. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19 17h — Comissão mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 2.019, que dispõe sobre o salário mínimo a vigorar a partir de 3 de abril de 2000, com a participação do deputado Eduardo Paes. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2 17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Pauta: Aviso nº 37/99, encaminha ao Senado, em caráter sigiloso, cópia da Decisão nº 795/99, adotada pelo Tribunal de Contas da União, na sessão extraordinária reservada do Plenário de 3.11.99, e os respectivos relatórios e voto que a fundamentam (TC nº 928.510/98-0); PDL nº 38/2000, que aprova o texto do acordo entre os governos do Brasil e do Peru sobre a cooperação entre as academias diplomáticas de ambos os países; PLS nº 430/99, que determina a imposição provisória de tetos tarifários sobre as importações agropecuárias; e PDL nº 43/2000, que aprova o texto da convenção sobre o combate da corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5 Quarta-feira 9h — Comissão de Assuntos Sociais Pauta: PLS nº 660/99, que torna obrigatória concessão de emprego a pessoas portadoras de deficiência física; PLS nº 530/99, que dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames complementares; PLS nº 587/99, que modifica o artigo 10, item II, alínea “a”, da Lei nº 8.842/94, para priorizar o atendimento ao idoso na área da saúde; PLS nº 655/99, acrescenta o art. 456-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre as relações de emprego beneficiadas por incentivos; PLS nº 11/2000, que altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; PLS nº 123/99, que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos; e audiência pública com Marília Marreco Cerqueira, presidente do Ibama; Miriam Prochnow, representante da Rede Mata Atlântica; e Gabriel Calza, com a finalidade de instruir o PLS nº 492/99, modifica o art. 3º da Lei nº 4.771/65, que disciplina a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aquicultura. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helivaldo Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalma Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Na reunião presidida por Mestrinho, a comissão mista aprovou ontem os últimos destaques

Congresso poderá votar o Orçamento na quarta-feira

Informação foi dada pelo senador Gilberto Mestrinho ao final da reunião que aprovou a destinação de mais dinheiro para a saúde

O projeto de lei do Orçamento da União para 2000 deverá ir a votação no Plenário do Congresso na próxima quarta-feira, segundo informou ontem o presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Ele concedeu entrevista logo depois de a comissão ter aprovado a destinação de mais R\$ 1,5 bilhão ao Sistema Único de Saúde (SUS). Contra a vontade do governo, o texto aprovado aponta como fontes dessa verba eventual excesso de arrecadação e a rubrica "Reserva de Contingência", do próprio Orçamento.

Voto vencido, o deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), líder do governo na Câmara, protestou contra o que chamou de "contingenciamento brutal de recursos". Ele considera que a lei orçamentária obrigará o governo a destinar prioritariamente ao SUS o dinheiro proveniente do excesso de arrecadação, o que amarrará ações em outros setores.

— Que fique bem clara a responsabilidade desta comissão por essa alteração — disse o líder do governo.

Apesar dessas considerações, os partidos já haviam acertado a aprovação da mudança em reunião do colégio de líderes com o relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG), elevando para R\$ 20 bilhões o total das verbas da saúde no Orçamento.

A idéia é garantir dinheiro para que as diversas regiões recebam o mesmo valor *per capita* em verbas destinadas ao SUS: R\$ 58,44. Atualmente os estados do Norte e do Nordeste recebem a metade desse valor, enquanto o Sul e o Sudeste são melhor aquinhoados. Pretende-se, com a nova distribuição, que a população das regiões pobres tenha mais chances de acesso a tratamentos

médicos de média e alta complexidade.

A proposta de Orçamento aprovada na comissão ainda poderá receber destaques em Plenário (os últimos destaques em comissão foram aprovados ontem). A votação em Plenário ficou para quarta-feira exatamente para que houvesse tempo de os parlamentares encaminharem os destaques. Alguns estão com aprovação praticamente garantida, já que têm apoio dos líderes partidários. São verbas rejeitadas pelo rela-

tor para determinada obra, mas que poderão ser remanejadas para outros fins dentro do mesmo estado.

Na terça-feira, a comissão realiza reunião ordinária para tratar de outros temas, entre eles o Plano Plurianual de Investimentos (PPA). Ao final da reunião de ontem, a atuação "democrática e elegante" de Gilberto Mestrinho e Carlos Melles foi mencionada por representantes de todos os partidos.

Dotação para investimentos federais tem aumento de 71%

O projeto de Orçamento da União para 2000, que poderá ser apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional na próxima quarta-feira, prevê um aumento de 71% nos investimentos federais — que passam de R\$ 6,7 bilhões para R\$ 11,6 bilhões — em relação à previsão inicial do governo. A área de transportes foi uma das mais beneficiadas, recebendo cerca de R\$ 1 bilhão a mais, sendo aproximadamente R\$ 780 milhões só para rodovias.

O relator-geral do projeto, deputado Carlos Melles (PFL-MG), corrigiu em 3,29%, no seu parecer, a previsão de receitas tributárias feita pelo Executivo. Ele argumenta que o governo não considerou, entre outras coisas, o aumento da inflação no segundo semestre do ano passado, que sempre provoca crescimento de arrecadação.

Com a reavaliação, prevê-se que a União deverá ter uma receita não-financeira neste ano de R\$ 236,77 bilhões, enquanto as despesas somarão R\$ 207,45 bilhões. Melles assinala que, caso não houvesse a reavaliação, "o Orçamento seria uma peça irrealista", e o governo pediria créditos suplementares no decorrer do ano. Em 1999, lembrou, o Executivo pediu ao Congresso créditos adicionais de R\$ 14,6 bilhões.

O relator-geral aceitou emendas dos deputados e senadores que beneficiam obras espalhadas por todo o país, somando gastos de R\$ 5,1 bilhões. Foram ampliadas as dotações destinadas à saúde, à educação e à agricultura. A comissão não alterou a previsão do governo de gastos com a Previdência (R\$ 62,9 bilhões) e com o pagamento de juros.

As mudanças, segundo o relator, não afetam a previsão do governo de apresentar neste ano um superávit primário (não inclui gastos com juros e rolagem da dívida pública) de 2,6% do PIB. Assim, prevê-se um superávit de R\$ 28,5 bilhões nas contas federais de 2000.

Nuzman defende legislação separada para o futebol

No encerramento da fase de audiências públicas da comissão mista que está analisando a medida provisória que alterou a Lei Pelé, o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, defendeu a necessidade de uma legislação esportiva que contemple separadamente o futebol dos demais esportes. Já o outro convidado para participar da reunião, o judoca Aurélio Miguel, apresentou quatro sugestões, entre elas definir como competência do Ministério Público Federal fiscalizar a legalidade dos atos praticados no âmbito das entidades nacionais de administração do desporto (confederações).

Nuzman explicou



Nuzman defende rigor no controle e na fiscalização dos bingos, a cuja realização é favorável

que a necessidade de uma legislação separada para o futebol deve-se à importância que este esporte tem para o mundo, e em particular para o Brasil. Ele citou como exemplo o fato de a Fifa faturar com direitos de transmissão de televisão e *marketing* um valor igual ou superior ao que o Comitê Olímpico Internacional arrecada. "Se serão duas leis ou uma lei geral com um capítulo para o futebol e outro para as demais modalidades, o Congresso é quem definirá", comentou.

O presidente do COB também sugeriu aos parlamentares da comissão a criação da Justiça Desportiva no Brasil, com os tribunais integrados por juízes remunerados. Ele justificou sua opinião ao comentar que não conhece nenhum presidente de entidade esportiva que nomeie membros para o respectivo tribunal de justiça que votem contra ele. Carlos Arthur Nuzman

posicionou-se favoravelmente à realização dos bingos, mas defendeu a necessidade de um maior rigor no seu controle e fiscalização.

Aurélio sugere que Ministério Público fiscalize confederações

Em depoimento à comissão mista que analisa a medida provisória que modificou a Lei Pelé, realizado ontem de manhã, o judoca Aurélio Miguel defendeu a necessidade de o poder público, por meio do Ministério Público Federal, exercer um maior controle sobre as atividades das confederações, fiscalizando a legalidade dos atos por elas praticados.

— Ao contrário do que se possa imaginar, um dos maiores problemas do esporte no Brasil está relacionado às irregularidades financeiras, fiscais, contábeis e administrativas praticadas diariamente no âmbito das entidades nacionais de administração do desporto — justificou Aurélio Miguel ao defender a atuação do Ministério Público na fiscalização das confederações.

Outra proposta apresentada pelo judoca foi que as confederações, beneficiárias ou não de recursos públicos federais, passem a ser obrigadas a prestar

contas semestralmente ao Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp). Aurélio Miguel também levou para apreciação dos parlamentares a sugestão de que sejam definidas regras para a eleição e nomeação de dirigentes esportivos, entre elas a proibição de que condenados por crime doloso, falidos, inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos e afastados de cargos eletivos se candidatem.

A última proposta de Aurélio Miguel, que gerou polêmica entre os parlamentares, foi a de democratização do processo eleitoral das confederações, com a participação de atletas e clubes nas eleições, sem diferença de valor dos votos. Último a falar na audiência pública, que foi presidida pelo deputado federal Gilmar Machado (PT-MG), o relator, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), informou que em dez a 15 dias ele estará apresentando suas conclusões sobre os trabalhos desenvolvidos pela comissão.

O QUE PROPÕE O JUDOCA

- Maior controle do Ministério Público Federal sobre as confederações esportivas
- As confederações seriam obrigadas a prestar contas semestralmente ao Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp)
- Definição de regras rígidas para a eleição e nomeação de dirigentes esportivos
- Democratização das eleições nas confederações, com a participação de atletas e clubes, sem diferença de valor dos votos

Maguito diz que mínimo de R\$ 151 é inconstitucional

Senador garante que, como integrante da comissão mista que estuda a MP enviada pelo governo, proporá aumento real para o salário

O valor de R\$ 151 para o salário mínimo é inconstitucional, afirmou ontem o senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Ele defende o aumento do piso pelo Congresso, por meio de um projeto de conversão da medida provisória que fixou o valor:

— Mais do que isso, o Congresso tem o dever cívico, patriótico, de aproveitar essa oportunidade para começar a reduzir as gritantes diferenças salariais existentes no país, que refletem uma distribuição de renda que tem gerado exclusão, violência e sofrimento — propôs.

Maguito reagiu às análises de alguns veículos de imprensa, segundo as quais o governo “teve sorte” no fato de a comissão da MP ser presidida e relatada por parlamentares do PMDB, pois isso seria a



Maguito descartou argumento de que um salário mínimo maior aprofunda déficit da Previdência

garantia de manutenção dos R\$ 151. Discordando dessa análise, Maguito assegurou que, se existem membros do partido que concordam com os

argumentos do governo, há também outros que discordam radicalmente. “Eu me incluo neste segundo grupo e estarei na comissão mista propondo um aumento real para o mínimo, acima do que foi oferecido pelo governo”, frisou.

O argumento de que um aumento maior do salário mínimo aprofundaria o déficit da Previdência também foi descartado pelo senador:

— O caminho é a reforma da Previdência. Por que o governo não se empenha em sua aprovação, especialmente junto a sua bancada na Câmara, como se empenhou em tantos outros projetos, como o da reeleição, por exemplo? — disse.

Ao final do seu pronunciamento, Maguito recebeu a solidariedade dos senadores Tião Viana (AC) e Heloísa Helena (AL), ambos do PT.

Calheiros vê irregularidade em importação de coco

Em apelo dirigido ao ministro da Agricultura e do Abastecimento, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) solicitou ontem uma posição do ministério sobre o prejuízo acarretado pela importação de coco aos produtores nacionais e sobre denúncias de que estaria havendo triangulação na importação do produto.



Calheiros pediu ao ministro da Agricultura que tome uma posição

O senador também pediu que o ministro adote medidas no sentido de assegurar que o coco importado e seus derivados cumpram requisitos fitossanitários. Segundo disse, em março de 1998 o ministério baixou portaria fixando normas sanitárias para a importação do produto. Após a portaria ter sido contestada judicialmente pelos importadores, o próprio ministério teria concordado com os importadores e admitido que a portaria “mostra

incoerções”. A Embrapa, no entanto, considerou o coco importado inadequado, disse.

O Nordeste é responsável por 85% da produção de coco, que sofreu declínio nos anos 80, quando foram feitas as primeiras importações. Já na década de 90, a produção interna recuperou-se, mas “as importações continuaram a evoluir de maneira

injustificada”. Segundo cálculos feitos pelo Sindicato Nacional dos Produtores de Coco, cada mil toneladas de coco importado correspondem a 7.200 trabalhadores desempregados.

Repercutindo denúncias do sindicato, para o qual parte das importações resultaria de operações triangulares de venda, Renan Calheiros chamou atenção para o fato de o Brasil estar importando de países sem nenhuma tradição de plantio de coco, como Suíça e Chile.

PFL comunica que lutará por salário de R\$ 177

O líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), comunicou, em Plenário, que o seu partido continuará lutando “até o fim” pelo salário mínimo de R\$ 177. Napoleão leu nota aprovada na manhã de ontem pela Comissão Executiva Nacional informando que os membros do PFL na comissão mista que debate o novo valor do salário mínimo votarão a favor de um piso equivalente a US\$ 100.

A nota, assinada pelo presidente



Hugo Napoleão

do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), ressaltava que, se não for possível chegar aos R\$ 177 em abril, o partido “considera imprescindível definir a fixação dos mesmos R\$ 177 para vigorar a partir de 1º de janeiro do próximo ano”.

Diz ainda a nota que “o PFL, intérprete das ansiedades da cidadania,

não vai permitir que se impeça o povo de participar, com a antecipação possível, dos novos ventos de progresso que começam a soprar na

nossa terra e que precisam beneficiar todos os brasileiros”.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) convidou os senadores e membros do PFL na comissão mista a reunirem-se com parlamentares do PT antes da próxima reunião da comissão que analisa a MP. Napoleão aceitou o convite.

Suplicy destacou a importância de o PFL colocar “com firmeza” ao Congresso sua disposição de elevar o salário mínimo para R\$ 177 o quanto antes, ainda que este valor esteja “muito distante de poder garantir aos trabalhadores o suficiente para sua subsistência com dignidade”.

Jucá ressalta importância da aprovação do Refis

A aprovação do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) pelo Congresso, em sessão realizada na quarta-feira à noite, permitirá, segundo o senador Romero Jucá (PSDB-RR), a retomada do crescimento econômico. “Milhares de empresas, inadimplentes e à margem de concorrências e licitações, passaram a ter a oportunidade de saldar seus débitos com a Receita Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)”, enfatizou.

Jucá salientou o trabalho das lideranças que negociaram com o governo um acordo que resultou no projeto de lei de conversão aprovado, especialmen-

te a atuação do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que conduziu os entendimentos no Congresso Nacional.

Pela importância do Refis, Jucá sugeriu que os órgãos de divulgação do Senado façam “um

chamamento para que as empresas que estão inadimplentes participem do Refis e possam retomar suas atividades”.



Para Romero Jucá, programa retomará crescimento econômico

Emenda dos precatórios marcou semana de muitas votações

Proposta de emenda constitucional fixando uma nova disciplina para o pagamento de precatórios, quatro projetos dando maior transparência ao mercado financeiro, duas mensagens presidenciais de escolha de nomes para

cargos públicos e dois decretos legislativos renovando concessões de emissoras de rádio dominaram os trabalhos do Plenário na semana que se encerra hoje.

Em primeiro turno, o Senado aprovou na quarta-feira novas regras para o pagamento de precatórios — as somas devidas pela União, estados e municípios em decorrência de sentenças judiciais e que, por falta de caixa, o poder público vem pagando mediante a emissão de títu-

los mobiliários. A nova disciplina consiste no parcelamento, em até dez anos, dos débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999. As ações ajuizadas após esta data serão pagas à vista.

O Plenário aprovou também quatro projetos oriundos das CPIs do Sistema Financeiro e do Poder Judiciário. O primeiro para alterar o Código Tributário, a Lei de Condomínios e a Lei de Falências, a fim de determinar que os créditos relativos à aquisição de unidades residenciais, assim como os trabalhistas, terão prioridade sobre os créditos tributários nas falências de construtoras ou incorporadoras.

O segundo projeto retirou da abrangência do Código Civil todos os con-

tratos em que a liquidação ocorre pela diferença entre o preço ajustado e a cotação que tiverem no vencimento do ajuste, negociados em bolsas de valores. O Plenário aprovou também iniciativa obrigando as sociedades constituídas por cotas de responsabilidade limitada a publicarem demonstrações financeiras que expressem com clareza sua posição patrimonial e financeira e as mutações ocorridas no exercício.

Aprovou ainda projeto alterando a lei das sociedades por ações para preservar as debêntures (títulos de crédito ao portador) como instrumentos de captação de recursos para capitalização das empresas. E, por 45 votos favoráveis e 27 contrários, aprovou a mensagem presidencial que indicava Teresa Grossi para a Diretoria de Fis-

calização do Banco Central. Outra mensagem aprovada foi a que indicou Luiz Augusto de Castro Neves para ser embaixador brasileiro junto ao Paraguai.

Nas comissões permanentes foram aprovados vários projetos. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto de autoria do senador Tião Viana (PT-AC) tornando compulsória a assistência pré-natal e a realização de exames complementares para gestantes pela rede hospitalar do Sistema Único de Saúde. Aprovou também substitutivo do senador Antero de Barros (PSDB-MT) a projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que torna obrigatória concessão de emprego a pessoas portadoras de deficiência física.

A Comissão de Constituição, Justi-

ça e Cidadania aprovou proposta de emenda constitucional estabelecendo que os estrangeiros residentes e domiciliados no Brasil há, no mínimo, oito anos poderão conquistar o direito de votar nas eleições municipais de 2004. A matéria ainda precisa ser deliberada pelos plenários da Câmara e do Senado.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realizou o seminário “Águas 2000 — Qualidade de Vida e Desenvolvimento”, para discutir a importância dos recursos hídricos no futuro da Humanidade. E a CPI dos Bingos ouviu depoimento do presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, Eduardo Viana, que defendeu a desobediência civil à Lei Pelé — na parte que obriga os clubes a virarem empresas.



Lerner contesta as denúncias feitas por Requião

Líder do PFL lê no Plenário carta na qual o governador do Paraná repudia acusações que o vinculam ao narcotráfico e relata as providências adotadas contra o envolvimento de funcionários da área de Segurança com o crime organizado



Hugo Napoleão considerou sua obrigação a defesa dos correligionários "que não tenham voz na Casa"

As críticas do senador Roberto Requião (PMDB-PR) ao governador do Paraná, Jaime Lerner, foram rebatidas pelo líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), que leu carta do governador em Plenário. Segundo Lerner, Requião, ao envolver a administração do estado

com o narcotráfico, "alardeou uma situação que nem de longe corresponde à realidade".

Napoleão justificou a leitura da carta pelo fato de o Paraná não ter senadores partidários do governador. Ele disse ser uma de suas obrigações, como líder, defender os correligionários "que não tenham voz na Casa".

Na carta, Lerner afirma que, diferentemente do que diz Requião, seu governo tem agido com firmeza para apurar as denúncias feitas

pela CPI do Narcotráfico contra policiais e integrantes da cúpula da Segurança, listando as providências tomadas, antes mesmo da chegada da CPI ao estado, para que os envolvidos sejam investigados. Destacou ainda a colaboração que vem dando ao Ministério Público na apuração dos fatos.

Lerner também defendeu-se das acusações de Requião de que teria usado aeronaves de narcotraficantes. O governador diz que durante a campanha eleitoral

contratou empresa de táxi aéreo de Londrina, que, mais tarde, teve um de seus sócios incriminados pela CPI do Narcotráfico.

— Esse fato, quase dois anos depois da campanha, não pode, em hipótese alguma, caracterizar a absurda ligação que o Sr. Requião quer estabelecer entre o passageiro de alguns vãos e o crime — afirma Jaime Lerner na carta, em que chama Requião de "irresponsável", "farsante", "mentiroso" e "covarde".

Marina rebate declarações do presidente sobre os teólogos

A senadora Marina Silva (PT-AC) usou ontem a tribuna para "fazer um reparo" a declarações do presidente Fernando Henrique, feitas no último dia 17, nas quais ele classificou os teólogos de intolerantes e dogmáticos. "As palavras do presidente foram injustas, porque implicam a noção de que acreditar em Deus leva à intolerância e ao dogmatismo, e isso não é verdade", afirmou.

Marina contestou ainda a declaração de FHC de que os teólogos não mudam o mundo, trabalho reservado aos políticos. "Ninguém transformou mais a realidade cultural da sociedade cristã-ociden-

tal do que Cristo, que, em sua essência, foi um teólogo", rebateu. Ela citou ainda o trabalho de teólogos que mudaram a realidade de seu estado, imerso num cenário de violência, miséria e exploração. "Com fé, eles fundaram comunidades eclesiais de base, organizaram cooperativas de trabalho extrativista e foram capazes de transformar a realidade de milhares de pessoas", observou.



Marina Silva lamentou a visão de que "acreditar em Deus leva à intolerância"

Senado abre exposição sobre Minas

Dando continuidade às mostras em comemoração aos 500 anos do Descobrimento, a Senado Galeria abre no sábado exposição sobre Minas Gerais. Serão mais de 170 peças contando um pouco da história cultural, política e econômica do estado.

A exposição apresenta peças de museus e instituições culturais das diversas regiões mineiras, além de acervos de colecionadores particulares. A idéia é que objetos, documentos e livros traduzam a multiplicidade da cultura minei-

ra, enfatizando a marca de que "Minas são muitas". A mostra abre com o ciclo da mineração, passa pela arte barroca, pelo folclore mineiro e termina com a paisagem mineira retratada por Aníbal Mattos, pintor do início do século.

A exposição sobre Minas Gerais vai até o dia 12 de abril e estará aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, e aos sábados e domingos, das 10h às 14h. A Senado Galeria fica no corredor de acesso ao Anexo I do Senado Federal.

Mostra exhibe imagens do Congresso

Encerra-se hoje a mostra que a médica e fotógrafa Maria Silva Sucupira realiza no saguão da agência do Banco do Brasil no Senado. São painéis fotográficos que mostram belas imagens do Congresso Nacional refletidas no espelho d'água junto aos jardins

dos prédios. Às estruturas arquitetônicas de Oscar Niemeyer, Maria Sucupira juntou as luzes e o céu de Brasília. As fotografias foram tiradas no dia 21 de abril do ano passado e irão compor livro sobre o assunto, que será lançado em breve.

Senador lamenta atitude de Napoleão e reafirma críticas ao governador

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) renovou, após ouvir discurso em defesa do governador Jaime Lerner feito pelo líder do PFL, Hugo Napoleão (PI), suas denúncias de envolvimento da administração paranaense com o narcotráfico e o crime organizado.

— O governo do PFL é corrupto e corruptor. A polícia do Paraná explodiu com a chegada da CPI do Narcotráfico. O governador é tíbio e frouxo e não consegue explicar como frequentou os municípios do Paraná no helicóptero e no avião de traficantes — disse, acrescentando que o governo está falido e não consegue mais pagar a folha.

Requião também criticou Napo-



"O governo do PFL é corrupto e corruptor", afirmou da tribuna o senador Roberto Requião

leão "por estar assumindo a defesa do governador contra um colega de Senado". Ele comparou o comportamento do líder pefelista ao de "um

pistoleiro de aluguel".

— O senador Hugo Napoleão disse coisas das quais não tem conhecimento e agrediu um companheiro que jamais faria a ele acusações rigorosamente absurdas e sem provas — afirmou.

Hugo Napoleão repeliu as críticas e disse que não foge de qualquer debate. Rebateu ainda as insinuações de que Lerner teria sido comprado pelo PFL em troca do apoio dado pelo partido na renegociação das dívidas do estado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo o líder pefelista, Lerner foi "uma adesão de valor", a quem continuará a defender sempre que for necessário.

Álvaro Dias protesta contra violência policial no Paraná

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) fez ontem críticas à polícia do Paraná, que, segundo ele, "com armas pesadas e cães, investiu contra movimento pacífico de caminhoneiros contra pedágios abusivos no estado". Segundo dados oficiais do próprio governo, citados pelo senador, os valores cobrados aumentaram até 112%. "Na verdade, a cobrança de pedágio nas estradas do Paraná é um impressionante equívoco, com terceirização sem transparência, contratos generosos com concessionárias, preços que oneram e quase inviabilizam a produção rural no estado", lamentou.

Álvaro Dias afirmou ser um "absurdo sem precedentes" terceirizar rodovias que foram construídas pelo poder público e estão em

ótimas condições, não precisando sequer de uma operação tapa-buraco. "Não podemos aceitar que as classes produtoras do Paraná sejam penalizadas pela incompetência de um governo que só age pensando em seus próprios interesses políticos."

A consequência desse abuso tarifário, continuou o senador, foi a revolta dos caminhoneiros. "Apesar de não estar resultando em bloqueio das rodovias, a manifestação foi coibida com truculência por policiais que, invadindo postos de combustíveis localizados nas BRs 277 e 376, obrigaram os caminhoneiros a seguirem viagem", relatou.

Segundo Álvaro Dias, lideranças de produtores agrícolas, comerciantes, transportadoras de car-



Álvaro Dias qualificou como "impressionante equívoco" os pedágios cobrados em seu estado

ga e de caminhoneiros se reuniram na Federação da Agricultura para anunciar uma ação conjunta na Justiça, pedindo a anulação dos contratos de concessão das rodovias. "O reajuste anunciado pelo governo estadual resultará num aumento de custos de R\$ 56 milhões na produção agrícola, equivalente ao cultivo de 106 mil hectares de soja e 75,5 mil de milho, que representam 5% da área plantada no estado", acrescentou Álvaro Dias.

Antero defende fundo criado em Mato Grosso

Segundo o senador, o Fundo Estadual de Transporte e Habitação proposto pelo governador Dante de Oliveira, que prevê a criação de uma nova contribuição de melhoria, tem como objetivo beneficiar o próprio setor produtivo

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) defendeu ontem a instituição em Mato Grosso do Fundo Estadual de Transporte e Habitação, que vinha sofrendo críticas por parte dos senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Carlos Bezerra (PMDB-MT). Segundo Antero, não houve criação de imposto, mas sim o estabelecimento de uma contribuição de melhoria, prevista na Constituição, e cujo objetivo é beneficiar o próprio setor produtivo.

— No Plano Plurianual do estado de Mato Grosso está previsto que, ao final do governo Dante de Oliveira, com a aplicação do Fundo de Transporte e Habitação, teremos conseguido reduzir o custo Mato Grosso em 20% — afirmou o senador.

Antero disse que o fundo é uma contrapartida necessária do setor



Antero Paes de Barros destacou o apoio da população às medidas adotadas por Dante

produtivo pelo muitos incentivos que recebe do governo estadual. “São nada mais nada menos que 14 formas de incentivos concedidos à agricultura e à pecuária do

meu estado”, explicou.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou preocupação com qualquer forma de taxação. “Como ficamos quando fazemos um discurso pedindo para estimular a agricultura ou a pecuária, para que o Fundo do Centro-Oeste seja aplicado na atividade produtiva ou afirmando que os juros estão muito altos, e vem uma carga tributária imposta pelos estados? Se a moda pegar, correremos sérios riscos”, alertou Tebet.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) negou ter criticado o aumento de receita de Mato Grosso. Ele acredita que talvez não fosse necessário criar o fundo, já que se está dando incentivo a outros setores. “Na verdade, há já uma sobrecarga para os contribuintes de Mato grosso com relação ao ICMS. Eu acho que esse ICMS de

Mato Grosso é o mais caro do mundo”, afirmou Carlos Bezerra. O senador ainda disse que, apesar da contribuição de melhoria ser legal, termina sendo mais um imposto.

Antero reafirmou a necessidade do fundo e disse não ter dúvidas de que o custo do transporte em Mato Grosso será diminuído e de que, se não houver uma política para melhorar o setor rodoviário, o estado vai falir junto com o setor produtivo, pois ficará muito caro o escoamento da safra. “Temos certeza absoluta, como, aliás, atestam todas as pesquisas de opinião pública no estado de Mato Grosso, da enorme aceitação da população mato-grossense a respeito do desempenho do governador Dante de Oliveira e das atitudes tomadas pelo seu governo”, concluiu.



Para Valadares, só o Senado pode autorizar a antecipação de royalties de petróleo

Projeto de Valadares veda antecipação de royalties

Convicto de que o Senado é a instância competente para definir se os governadores podem ou não negociar com a Petrobras a antecipação dos royalties pagos pela empresa aos estados em que realiza exploração de petróleo, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) encaminhou nesta semana projeto de resolução que veda a governadores e prefeitos a realização desse tipo de operação. O senador disse não ter o objetivo de criar obstáculos ao governador de Sergipe, Albano Franco, que negociou a antecipação da receita de 30 anos de royalties. “É preciso evitar que procedimento semelhante seja adotado por outros estados”, defendeu.

O senador considera essas antecipações inconstitucionais e disse que elas estão, na prática, substituindo “as malfadadas operações com precatórios que redundaram numa CPI” como forma de captação de recursos excedentes às receitas ordinárias de administrações estaduais e municipais.

O expediente, na opinião de Antonio Carlos Valadares, comprometeria receitas futuras, prejudicando administrações posteriores. No caso de Sergipe, informou, tramitam na Justiça ações populares contra a transação realizada pelo governador Albano Franco.

Mestrinho aponta ameaças à soberania nacional na Amazônia

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) fará palestra hoje na Assembléia Geral do Parlamento Amazônico sobre o que considera novas ameaças à soberania nacional na região amazônica.

Mestrinho ressaltará a necessidade, que ele considera urgente, de agilizar o escoamento da produção e baratear os seus custos através de hidrovias. Ele também defenderá a adoção de posições firmes do governo federal contra setores da comunidade internacional.

— A verdade é que a política de globalização que nos é imposta quer a continuidade do nosso empobrecimento — afirmou o senador, que também

preside a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso.

Em sua apresentação, Gilberto Mestrinho deverá fazer uma radiografia da realidade da região e do papel dos organismos internacionais. Mestrinho questionará o fechamento das fronteiras da região Norte do país, reservadas para as nações indígenas e para fins de preservação ecológica.

Ex-prefeito de Manaus (AM) e governador do Amazonas por três vezes, Gilberto Mestrinho tem se notabilizado por criticar aqueles que defendem a preservação ambiental da Amazônia à custa da manutenção da região no subdesenvolvimento.



Segundo Mestrinho, política imposta à região mantém “empobrecimento” da Amazônia

José Eduardo Dutra denuncia violência em município sergipano

Ao manifestar sua preocupação com a situação de “extrema violência política” que vem ocorrendo no município de Canindé do São Francisco, em Sergipe, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), pediu que o governador do estado, Albano Franco, e as autoridades de segurança sergipanas apurem rapidamente o assassinato do vereador e radialista Cazuzza. Dutra pediu também proteção policial para o presidente do diretório do PT local, que tem tido sua casa rondada por um carro.

De acordo com o senador, o municí-



Dutra cobrou a rápida apuração de crime contra vereador

pio é marcado pela violência política. Um ex-prefeito foi assassinado, e o atual prefeito já foi detido, ano passado, com um carro cheio de armas, algumas inclusive de uso exclusivo das Forças Armadas.

Ele acrescentou que o autor do crime foi imediatamente preso, e acusou o atual prefeito de ser o mandante do homicídio.

— Nós, do PT de Sergipe, não queremos um mártir em Canindé do São Francisco. Queremos que haja ação das autoridades no sentido de evitar que mais um assassinato acabe acontecendo — frisou o senador.

Freire quer apreciar vinculação de recursos da União à saúde

O senador Roberto Freire (PPS-PE) pediu à Mesa do Senado a retomada da tramitação de proposta de emenda constitucional (PEC) que vincula recursos orçamentários da União à área de saúde. Na presidência dos trabalhos, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, já tomou as providências necessárias à retomada da tramitação.

Freire relatou ter tentado inscrever a matéria na pauta da convocação ex-



Freire lembrou que já não há impedimento à apreciação da PEC

traordinária, mas Antonio Carlos rejeitou a inclusão sob o argumento de que a PEC fora rejeitada na sessão legislativa ordinária da qual a convocação era uma continuidade. Pela Constituição, é vedada a apreciação de matéria rejeitada na mesma sessão legislativa. Ainda segundo Freire, Antonio Carlos disse que, com o início da nova sessão legislativa em

15 de fevereiro, não haveria mais o impedimento constitucional e a proposta deveria retornar à CCJ.

Marina fala à TV Senado sobre criação da agência de águas

A senadora Marina Silva (PT-AC) fala, em entrevista à TV Senado, sobre o projeto do Executivo que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), órgão regulador dos recursos hídricos. A senadora defende a descentralização das ações nesta área. A entrevista vai ao ar hoje, às 7h30 e 20h30.

ACUPUNTURA

A milenar ciência da acupuntura é o tema do programa *Cidadania*, que será exibido hoje, às 13h30. Projeto regulamentando a profissão de acupunturista, relatado pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC), está na pauta da Comissão de



Assuntos Sociais. Althoff e o médico acupunturista Fernando Genschow discutem a atividade e a proposta de regulamentação.

FREYRE

Um vídeo sobre a vida e a obra do sociólogo e escritor pernambucano Gilberto Freyre, produzido pela Fundação Joaquim Nabuco, será apresentado pela TV Senado amanhã e domingo, às 16h.

A programação do fim de semana inclui, ainda, a peça *Solteira, Casada, Viúva, Divorciada*. Gravada no Theatro Arthur Azevedo, sob a direção de Marcelo Saback, a peça será apresentada amanhã e domingo, às 21h30.

Billie Holiday no Jazz sem Fronteiras

A magistral interpretação de John Coltrane para a música *Na Baixa do Sapateiro* abre o programa *Improviso – Jazz sem Fronteiras*, amanhã, às 20 horas, na Senado FM (91,7Mhz). A composição de Ary Barroso ficou internacionalmente conhecida como *Bahia* e dá título ao álbum de Coltrane.

O programa vai destacar também o saxofonista Lester Young e o baterista Art Blakey, com seu grupo Jazz Messengers. E a homenageada da noite será Billie Holiday, a grande diva do jazz. *Improviso – Jazz sem Fronteiras* tem produção e apresentação de Flavio de Mattos e Vinícius Becker.



PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania*: O senador Roberto Saturnino e o coordenador da *Consulta Popular*, César Benjamin, falam sobre os novos cenários políticos
7h25 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista*: A senadora Marina Silva fala sobre a Agência Nacional de Águas
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h25 – *Senado em Pauta*
8h30 – *TV Escola* – Educação Especial: Ritmo, Desejo e Ação
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – Sessão Plenária (vivo)
13h – *Cores do Brasil*: Pirenópolis
13h30 – *Cidadania*: O senador Geraldo Althoff e Fernando Genschow falam sobre medicina e acupuntura
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após: Seminário “Transposição do rio São Francisco”
20h – *Cores do Brasil*: Folclore maranhense
20h30 – *Entrevista*: A senadora Marina Silva fala sobre a Agência Nacional de Águas
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Consulta Marcada*: Úlcera e gastrite
22h30 – *Teatro Arthur Azevedo*: Show do cantor e compositor Papete
0h – *Especial*: Xingu

SÁBADO

1h – *Debate*: O senador Bernardo Cabral e o embaixador do Canadá, Richard Kohles, falam sobre as relações Brasil-Canadá
1h55 – *Senado em Pauta*
2h – *Unip*: Lentes de contato
2h25 – *Senado em Pauta*
2h30 – *Jornal do Senado*
2h55 – *Senado em Pauta*
3h – *Cores do Brasil*: Turismo em Marajó
3h30 – *Entrevista*: O senador Geraldo Melo fala sobre o fórum “Senadores do Mundo”
3h55 – *Senado em Pauta*
4h – *Jornal do Senado*
4h30 – *Unip*: Lentes de contato
4h55 – *Senado em Pauta*
5h – *TV Escola* – Deficiência Física: Apenas diferentes
5h30 – *Especial*: Abrolhos – 6º episódio
6h55 – *Senado em Pauta*
6h – *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas
6h30 – *Agenda Econômica*: Programa de Recuperação Fiscal (Refis)
7h25 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista*: O senador Nabor Júnior fala sobre a prestação de contas das obras públicas
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Educação Especial: Os primeiros anos
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *ABD no Ar*: Lei Rouanet
9h55 – *Senado em Pauta*
9h30 – *Consulta Marcada*: Úlcera e gastrite
10h30 – *Especial*: Abrolhos – 6º episódio
10h55 – *Senado em Pauta*
11h – *Entrevista Especial*: Dr. Luiz Fernando Gomes, cirurgião plástico

11h55 – *Senado em Pauta*
12h00 – *Jornal do Senado*
12h30 – *Entrevista*: O senador Leomar Quintanilha fala sobre os alimentos transgênicos
12h55 – *Senado em Pauta*
13h – *Cores do Brasil*: Turismo em Belém
13h30 – *Agenda Econômica*: Programa de Recuperação Fiscal (Refis)
14h30 – *Espaço Cultural*: Show de “Madredeus”
15h30 – *Especial*: Casa-museu Gilberto e Magdalena Freyre
15h55 – *Senado em Pauta*
16h – *Entrevista*: O senador Amir Lando fala sobre o salário mínimo
16h30 – *Especial*: Abrolhos – 6º episódio
16h55 – *Senado em Pauta*
17h – *Revista Brasília*
18h – *TV Escola* – Educação Especial: Escola, a primeira aventura
18h30 – *Entrevista*: A senadora Marina Silva fala sobre a Agência Nacional de Águas
18h55 – *Senado em Pauta*
19h – *ABD no Ar*: Lei Rouanet
19h25 – *Senado em Pauta*
19h30 – *Cidadania*: O senador Geraldo Althoff e Fernando Genschow falam sobre medicina e acupuntura
20h30 – *Entrevista*: O senador Geraldo Melo fala sobre o fórum “Senadores do Mundo”
20h55 – *Senado em Pauta*
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo*: “Solteira, casada, viúva, divorciada”, peça com Lília Cabral
22h55 – *Senado em Pauta*
23h – *Entrevista Especial*: Dr. Luiz Fernando Gomes, cirurgião plástico
23h55 – *Senado em Pauta*
0h – *Especial*: Casa-museu Gilberto e Magdalena Freyre

DOMINGO

0h30 – *Especial*: Abrolhos – 6º episódio
0h55 – *Senado em Pauta*
1h – *Cidadania*: O senador Geraldo Althoff e Fernando Genschow falam sobre medicina e acupuntura
1h55 – *Senado em Pauta*
2h – *Unip*: Óculos
2h25 – *Senado em Pauta*
2h30 – *Jornal do Senado*
2h55 – *Senado em Pauta*
3h – *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
3h30 – *Entrevista*: A senadora Marina Silva fala sobre a Agência Nacional de Águas
3h55 – *Senado em Pauta*
4h – *Jornal do Senado*
4h30 – *Unip*: Óculos
4h55 – *Senado em Pauta*
5h – *TV Escola* – Educação Especial: Os primeiros anos
5h30 – *Especial*: Abrolhos – 6º episódio
6h – *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís do Maranhão
6h25 – *Senado em Pauta*
6h30 – *Debate*: Os senadores Lauro Campos e Sebastião Rocha falam sobre salário mínimo e teto salarial
7h30 – *Entrevista*: O senador Amir Lando fala sobre o salário mínimo
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Educação Especial – Bem além dos limites

8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *ABD no Ar*: Lei Rouanet
9h30 – *Consulta Marcada*: Úlcera e gastrite
10h30 – *Especial*: Abrolhos – 6º episódio
10h55 – *Senado em Pauta*
11h – *Entrevista Especial*: Dr. Luiz Fernando Gomes, cirurgião plástico
12h – *Jornal do Senado*
12h30 – *Entrevista*: O senador Nabor Júnior fala sobre a prestação de contas das obras públicas
12h55 – *Senado em Pauta*
13h – *Cores do Brasil*: Turismo em Pirenópolis
13h30 – *Debate*: O senador Bernardo Cabral e o embaixador do Canadá, Richard Kohles, falam sobre as relações Brasil-Canadá
14h25 – *Senado em Pauta*
14h30 – *Espaço Cultural*: Show de “Madredeus”
15h25 – *Senado em Pauta*
15h30 – *Especial*: Casa-museu Gilberto e Magdalena Freyre
16h30 – *Especial*: Abrolhos – 6º episódio
17h55 – *Senado em Pauta*
17h – *Revista Brasília*
17h55 – *Senado em Pauta*
18h – *TV Escola* – Educação Especial: Ritmo, desejo e ação
18h30 – *Entrevista*: O senador Geraldo Melo fala sobre o fórum “Senadores do Mundo”
18h55 – *Senado em Pauta*
19h – *ABD no Ar*: Lei Rouanet
19h25 – *Senado em Pauta*
19h30 – *Agenda Econômica*: Programa de Recuperação Fiscal (Refis)
20h30 – *Entrevista*: A senadora Marina Silva fala sobre a Agência Nacional de Águas
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo*: “Solteira, casada, viúva, divorciada”, peça com Lília Cabral
22h55 – *Senado em Pauta*
23h – *Entrevista Especial*: Dr. Luiz Fernando Gomes, cirurgião plástico
23h55 – *Senado em Pauta*
0h – *Revista Brasília*

RÁDIO SENADO

HOJE

08h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h – Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

Brasil vive momento favorável para crescer, afirma Porto

Senador cita Prêmio Nobel e observa que a educação é o caminho para o desenvolvimento

O Brasil apresenta hoje um ambiente favorável ao desenvolvimento, afirmou ontem o senador Arlindo Porto (PTB-MG), ressaltando que a educação é o caminho para o crescimento. Ele citou o Prêmio Nobel de Economia 1999, Amartya Sen, para quem o desenvolvimento é um processo pelo qual são expandidas as liberdades efetivas do cidadão.

O senador enumerou os pontos fundamentais para o desenvolvimento indicados por Amartya Sen, que são liberdade política, oportunidades econômicas e sociais, garantia de transparência e segurança alimentar, observando que o Brasil ainda está longe de atingir a plenitude de um país desenvolvido.

Porto acredita, no entanto, que, apesar de indicadores negativos, como juros altos, desemprego, concentração de renda e queda do poder aquisitivo dos trabalhadores, o país tem algumas condições necessárias ao desenvolvimento. Ele citou, entre essas condições, a estabilidade do câmbio, a queda da inflação, o crescimento dos investimentos e a adequação das contas públicas.

O senador afirmou que o poder



Arlindo Porto quer o poder público atuando para estimular o desenvolvimento

público tem a função de estimular o desenvolvimento e a responsabilidade de dar a todos os segmentos da economia as condições para que participem do processo. Compete ao poder público, disse o senador, abrir oportunidade de participação, treinamento, formação, reciclagem e preparação de empresários e trabalhadores brasileiros para que tenham condições de enfrentar a globalização, um processo, na sua avaliação, irreversível.

– Sem educação não teremos competitividade, muito menos condições para incluir os 32 milhões de brasileiros excluídos que vivem na miséria – afirmou.

Tebet anuncia criação de Vara Ambiental em Corumbá (MS)

Corumbá (MS) vai sediar a 1ª Vara de Justiça Ambiental, que deverá ser aberta no próximo mês de abril. O comunicado foi feito ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que acaba de participar de um encontro para discutir meio ambiente e indigenismo, reunindo mais de 100 juizes de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Tebet disse que esse fato de-

monstra que não é só o Legislativo que está preocupado com a questão ambiental. Durante o encontro, o senador fez uma palestra, na qual defendeu a importância de se incluir o meio ambiente no currículo do ensino fundamental.

Para ele, essa medida permitirá que a sociedade tenha consciência da importância da conservação ambiental. De acordo com Tebet, o governo precisa promover o desenvolvimento de uma nova mentalidade ecológica. Segundo ele, esse tema, juntamente com a ques-

tão dos direitos humanos e a concentração de renda, representará pontos cruciais da agenda global do novo milênio.



Tebet: ecologia é ponto importante da agenda do novo milênio

Crise habitacional no Recife é culpa da prefeitura, diz Wilson

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) criticou ontem a prefeitura municipal do Recife pela “verdadeira inapetência” no enfrentamento do problema habitacional na capital pernambucana. A cidade apresenta o maior déficit em habitações, com uma carência de quase 150 mil moradias, segundo dados fornecidos pelo IBGE e pelo Ipea.

O parlamentar pernambucano acusou o atual prefeito, Roberto Magalhães (PFL), de “irresponsável” e de tratar com “desprezo e indiferença” o setor habitacional da capital, por ter construído apenas 200 casas populares ao longo dos três anos e meio de mandato.

Segundo Carlos Wilson, o prefeito teria orçado R\$ 6,4 milhões para investir em habitações populares, mas, efetivamente, alocou apenas R\$ 235,7 mil, menos de 4% da destinação original. Por outro lado, informou, somente em 1998 a administração municipal do Recife gastou R\$ 4,7 milhões em publicidade.

— Atente-se para a terrível contradição: se, na área da habitação popular, a execução orçamentária do governo estadual não chegou a 4% da dotação prevista, no domínio da publicidade pessoal,



Carlos Wilson diz que cidade tem uma carência de quase 150 mil moradias

Roberto Magalhães alcançou o prodigioso feito de realizar quase 200% da verba orçamentária autorizada para tal fim pela Assembleia Legislativa — frisou.

Para Carlos Wilson é uma questão “imperativa e de sobrevivência” mudar a política habitacional na capital pernambucana, especialmente para as camadas mais pobres da população. Para isso, acentuou, é necessário mudar também o atual ocupante do Palácio do Capiberibe, “trocando-o por um governante mais comprometido com os interesses populares do que com a própria vaidade”, finalizou.

Eduardo Suplicy homenageia geógrafo e ambientalista

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) prestou homenagem ao geógrafo e ambientalista de São Paulo Aziz Ab'Saber, que, na semana passada, foi agraciado com o título de professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

Segundo Suplicy, durante a premiação o professor fez um discurso contra as privatizações, afirmando que os recursos arrecadados não foram utilizados para a dinamização econômica. Também mereceram críticas do professor o processo de globalização e as elites do Terceiro Mundo, “especialmente no estado e na cidade de São Paulo, que nunca se preocuparam com as desigualdades do país”.

O senador traçou o perfil do professor, citando os muitos títulos e homenagens que recebeu. “Como



Suplicy observa que Aziz Ab'Saber nunca tolerou injustiças, nem incentivou mediocridades

professor em várias universidades e presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), nunca tolerou injustiças, tampouco incentivou mediocridades. Foi um pioneiro no estudo da geografia integrada a outras disciplinas, em especial à defesa do meio ambiente”, concluiu.

Romeu Tuma prega amplo combate ao narcotráfico

Senador conclama governo e sociedade a trabalharem para devolver a confiança nas atividades policiais, nos parlamentos e na Justiça

Ao fazer um longo relatório sobre as ramificações do narcotráfico entre policiais, autoridades do Judiciário e parlamentares que estão sendo desnudadas pela CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) conclamou governo e sociedade a trabalharem para devolver a confiança da população nas atividades policiais, nos parlamentos e na Justiça, afastando os corruptos e prestigiando os bons, aqueles vocacionados para a função pública.

O senador informou que os Estados Unidos vão aplicar US\$ 2 bilhões numa campanha antidroga na mídia, durante os próximos cinco anos. O governo americano, disse o senador, entendeu que precisa usar toda a força dos meios de comunicação para acelerar entre os jovens a mudança de comportamento em relação às

drogas. Essa mudança, observou, está resultando na queda de consumo e na redução do número de mortes.

— O Brasil precisa, para enfrentar esse flagelo universal, fazer mais do que criar novas leis para tipificar melhor crimes já tipificados e manter um programa de proteção a testemunhas com muita conversa e quase nenhuma ação — enfatizou.

Tuma elogiou o trabalho da CPI do Narcotráfico, que, segundo ele, comprovou haver no país lideranças íntegras e destemidas. “Eles estão fazendo um trabalho estafante cujo recompensa é desnudar os barões da droga, os financiadores, coordenadores e abastecedores do



Tuma teme que país enfrente guerras internas financiadas pelo tráfico

mercado consumidor nacional e que fazem a ponte entre os cartéis internacionais, nas rotas de narcotráfico através do Brasil.”

O senador afirmou que “a conseqüência da devassidão que grassa no setor público em muitos estados, onde até parlamentares e autoridades do Executivo e do Judiciário foram alcançados

pelos acusações de envolvimento com o crime organizado, precisa ser a extirpação urgente dessas ‘frutas podres’ antes que façam apodrecer a cesta toda, antes que o Brasil fique na mesma posição aflitiva de alguns países limítrofes, envolvidos em verdadeiras guerras internas alimentadas pelos bilhões de dólares do narcotráfico”.

Cândido registra centenário do nascimento de Gregório Bezerra

“Um homem de valor. Feito de ferro e de flor.” Com esse verso, de autoria do poeta Ferreira Gullar, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) saudou ontem o centenário de nascimento do líder comunista Gregório Bezerra.

— Pernambucano de Panela de Miranda, nascido em 13 de mar-

ço de 1900, filho de lavradores pobres e oriundo de uma região assolada pela seca, Gregório viveu desde cedo todos os problemas que atingiram os nordestinos do início do século, males que, mesmo passados cem anos, ainda perduram — relatou o senador.

Revolucionário e comunista, de acordo com Geraldo Cândido, Gregório Bezerra deixou marcada sua passagem pela vida política brasileira, começando a militar em 1917, em manifestações de trabalhadores em defesa da Revolução Socialista Russa. Em 1944, chegou a dividir uma cela de prisão com Luís Carlos



Cândido considera Gregório Bezerra “símbolo de esperança”

Prestes e, no mesmo ano, foi eleito deputado federal, tendo atuação inovadora, “sempre pregando a derrocada do sistema capitalista”. Em 1964, foi preso, sendo depois libertado em troca do embaixador norte-americano, sequestrado em 1969.

— Símbolo de esperança, resistência e luta, Gregório não está mais entre nós, mas, com certeza, sua história e seu exemplo provam que é possível construir uma sociedade humana melhor. Camarada Gregório Bezerra: você está sempre presente! — concluiu.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) associou-se à homenagem prestada a Gregório Bezerra, ressaltando que “o grande pernambucano era ferro, por sua coragem, firmeza das suas posições, por ter enfrentado as repressões com uma existência digna; e ao mesmo tempo flor, por seu sonho de uma sociedade mais justa”.

Senador garante que bancada não foi omissa no Orçamento

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) protestou contra reportagem publicada no jornal *O Globo* que acusa a bancada federal do Rio de Janeiro de ser “omissa” na obtenção de recursos para o estado — apenas R\$ 25,1 milhões — dentro do Orçamento do ano 2000.

Cândido considerou o texto tendencioso, provocando conclusões distorcidas. Ele contestou os números levantados pela reportagem, explicando que, somadas todas as fontes de recursos obtidos por deputados e senadores do estado, chega-se ao montante de R\$ 93,3 milhões.

Ele disse que a única verdade publicada pela imprensa é o fato de que Minas Gerais receberá cinco vezes mais recursos do que o Rio. Afirmou também que, talvez “por mera coincidência”, Minas tenha sido beneficiada porque o relator final do Orçamento 2000 é o deputado do PFL mineiro Carlos Melles.